

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Primeiro leilão de mineração do PPI mira arrecadar ao menos R\$ 15 milhões	2
Título: Sinal do MME para privatizar eleva ação da Eletrobras.....	3
Título: Copel inicia a venda de seu braço de telecom.....	5
Título: Destaques	7
Título: Oferta subsequente de ações da Light levanta R\$ 2,5 bi.....	8
Título: Curtas	9
Título: Barragem transborda na BA e deixa 350 famílias sem casa	10
Título: Petrobras avança venda de ativos no exterior	11
Título: Justiça dá liminar a credores da Odebrecht.....	12
Título: FGTS em Vale e Petrobras dá retorno expressivo	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Brasília, a questão indígena e a mineração no palco da Flip	15
Título: Credor da Odebrecht pode tomar ação da Braskem	17
Título: Na BA, barragem transborda e atinge ao menos 157 casas	18
Título: 'Aqui nunca havia alagado antes'	19
Título: Liberação de verbas pode demorar um ano ou mais	20
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	22
Título: Liminar permite que credor da Odebrecht tome ação da Braskem	22
Título: Barragem transborda na Bahia e deixa 350 famílias desalojadas	23
Título: Oscilação	25
VEÍCULO: O Globo.....	25
Título: Rompimento de barragem inunda distrito baiano	25

Título: Nem a pau, Nicolau.....	26
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	26
Título: Barragem rompe na BA após dias de chuva forte	26

VEÍCULO: Valor Econômico
Data: 12/07/2019
Seção: Brasil
Autor: Rafael Bitencourt e Carla Araújo De Brasília
Título: Primeiro leilão de mineração do PPI mira arrecadar ao menos R\$ 15 milhões

O governo lançou ontem o primeiro leilão de cessão de direito minerário aprovado pelo Programa de Parceria de Investimentos (PPI). O projeto de extração de cobre, chumbo e zinco no município de Palmeirópolis, no Tocantins, será leilado no dia 21 de outubro.

A oferta do direito de extrair os minérios no Tocantins é o primeiro de um estoque de 30 empreendimentos, com cerca de 300 títulos, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Há mais de 30 anos esses projetos aguardavam uma definição do governo.

Ao todo, quatro projetos minerários foram aprovados pelo PPI - os demais ainda precisam passar por consulta pública ou do aval do Tribunal de Contas da União (TCU). Em Palmeirópolis, os estudos definiram a outorga mínima de R\$ 15 milhões, com pagamento parcelado. O edital deve ser publicado hoje.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, informou que a extração em Palmeirópolis terá investimento de R\$ 255 milhões em dez anos. "A CPRM dá hoje [ontem] um importante passo para a concretização do modelo de oferta por meio de leilão", disse o ministro em evento promovido pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

O projeto no Tocantins foi divulgado em road-show realizado no mês passado, quando o governo pôde constatar que há interesse por parte dos investidores. Foram realizadas reuniões com 19 empresas nacionais e estrangeiras (mineradoras, investidores e escritórios de advocacia especializados), além de entidades do setor. O empreendimento foi divulgado em mais de 20 países-sede de empresas com "reconhecida expertise" no ramo de mineração.

O secretário de Geologia e Mineração, Alexandre Vidigal de Oliveira, avalia que o leilão despertará o interesse de investidores de todos os portes, nacionais e estrangeiros. "Essa exploração tem um bom atrativo no cenário mundial. Com todo apelo das fontes energéticas, voltadas ao armazenamento de energia, não tem como pensar nesse tipo de solução sem os produtos minerais imprescindíveis, como o cobre e o zinco", afirmou.

A secretária especial do PPI, Martha Seillier, que acabou de assumir o cargo, admitiu que o modelo de oferta de áreas de mineração ainda está sendo amadurecido. Segundo ela, a elaboração dos editais passa por uma "curva de aprendizagem" acompanhada pelo TCU.

Seillier lembrou que ainda tem mais 26 projetos da CPRM a serem incluídos no PPI, além de quatro que foram qualificados. Albuquerque disse que os quatro projetos indicam investimento R\$ 1,2 bilhão. Os próximos editais são para os projetos Fosfato de Miriri (PE e PB), carvão de Candiota (RS) e cobre de Bom Jardim de Goiás (GO).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo

Título: Sinal do MME para privatizar eleva ação da Eletrobras

O mercado reagiu positivamente ontem às declarações dadas pelo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, sobre a privatização da Eletrobras. As ações da elétrica registraram a maior alta do índice Ibovespa. Os papéis ON fecharam o pregão da B3 com valorização de 7,36%, negociados a R\$ 38,97. E as ações PN subiram 4,83%, para R\$ 39,50. O setor, porém, ainda está apreensivo com a falta de detalhes do novo modelo de capitalização da companhia.

Na quarta-feira, em entrevista ao canal de TV "Globo News", o ministro disse que não via "nenhum sentido" em a Eletrobras ser estatal. Ele afirmou ainda que a privatização da empresa pode render R\$ 18 bilhões, valor 50% superior ao previsto no plano anterior de privatização, elaborado no governo de Michel Temer.

"A confirmação [da privatização] é uma ótima notícia. Só temos que comemorar. [A Eletrobras] é a única grande privatização que o governo está fazendo. As outras empresas são menores, subsidiárias", afirmou Elena Landau, ex-diretora da área de desestatização do BNDES e ex-integrante do conselho de administração da Eletrobras. Neste momento, é importante que seja decidida a privatização. Em seguida, o governo pode divulgar os estudos e as alternativas para isso", completou a especialista.

Na entrevista à "Globo News", Albuquerque disse que a nova versão do plano de capitalização deve ser apresentado ao presidente Jair Bolsonaro em duas semanas.

O **Valor** apurou que Albuquerque e o ministro da Economia, Paulo Guedes, devem discutir com Bolsonaro o cronograma do projeto, que envolve o envio de um projeto de lei para o Congresso. Em função do recesso parlamentar, a expectativa é que o texto seja apresentado apenas em agosto.

Segundo uma fonte, os estudos para o projeto de privatização da Eletrobras têm sido conduzidos pelos dois ministérios. A estatal tem tido pouca participação nas discussões.

Um dos pontos que não está claro na estratégia do governo é a destinação dos R\$ 18 bilhões. Na entrevista, Albuquerque sinalizou que os recursos vão integralmente para o Tesouro. O plano anterior, porém, previa que o montante fosse repartido em três partes, sendo uma para o Tesouro, outra para a própria Eletrobras (para a realização de investimentos) e a última para o abatimento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), encargo cobrado de todos os consumidores do país.

Entre as alternativas em estudo para o plano de capitalização, o **Valor** apurou que a versão que tem ganhado mais força prevê a separação da Eletrobras em duas empresas. A primeira permaneceria estatal e ficaria com a administração da Eletronuclear, braço de geração de energia nuclear do grupo, e da hidrelétrica de Itaipu, compartilhada com o Paraguai.

A segunda empresa, que agruparia as demais subsidiárias da Eletrobras (Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletronuclear, entre outras) seria capitalizada e privatizada. Uma forma de realizar a separação é por meio da Eletropar, subsidiária da Eletrobras e que poderia ser objeto da capitalização.

O problema desse modelo, segundo uma fonte do mercado, é que Itaipu deve passar a gerar dividendos de US\$ 2 bilhões a partir de 2023, quando vence o financiamento de construção da usina. Segundo ela, a separação da Eletrobras em duas empresas precisa manter a mesma composição acionária na holding

que permanecerá sob comando estatal. Caso contrário, os minoritários podem entrar em conflito com a proposta do governo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Copel inicia a venda de seu braço de telecom

A estatal paranaense Copel deu um importante passo na execução do seu plano de desinvestimentos ontem, quando seu conselho de administração aprovou a contratação dos assessores financeiro e jurídico que vão atuar na venda da Copel Telecom, primeiro dos ativos da estatal de energia que será privatizado. A assessoria financeira ficará com o Rothschild, enquanto o escritório Cescon Barriau será responsável pelos aspectos jurídicos do negócio.

A expectativa da companhia é que a venda seja concluída no primeiro trimestre de 2020, para que os recursos levantados possam ser reinvestidos em empreendimentos de geração e transmissão de energia, disse, em entrevista ao **Valor**, o presidente da Copel, Daniel Slaviero. Segundo o executivo, a ideia com essa operação é atrair investidores financeiros e de infraestrutura. A contratação do Rothschild como assessor financeiro da operação reforça essa intenção de atrair investidores além das tradicionais operações de telecom. "Queremos ter um formato de venda mais fácil de ser entendido por investidores estrangeiros, vamos buscar investidores de infraestrutura e também de private equity", afirmou.

A Copel já vinha trabalhando na segregação dos ativos do seu braço de telecomunicações dos de distribuição de energia. Agora, com a contratação oficial dos assessores, tudo passará por novo escrutínio, inclusive a avaliação do valor a ser arrecadado com a operação. Esse processo deve levar de 60 a 90 dias, sendo concluído no máximo até o fim de setembro. Depois disso, a Copel espera levar de 30 a 45 dias para os ritos de governança necessários para a operação, que incluem a obtenção de aprovação pelo conselho de administração e pela assembleia de acionistas da companhia.

Definido e aprovado o modelo de venda, será aberto data room (sala virtual de informações) e a estatal vai trabalhar para concluir a venda no primeiro trimestre do ano que vem. Ainda não se sabe se a venda do ativo será por meio de leilão, como fez a Cemig com seus ativos de telecom ano passado, ou por meio de concorrência semelhante ao executado pela Petrobras nos seus processos de desinvestimentos.

A Copel fez seus próprios cálculos sobre o que poderá arrecadar com a venda da empresa de telecom, mas os valores serão revistos pelos assessores. "Vamos agora fazer um processo de revalidação", disse Slaviero. O **Valor** apurou que a companhia avaliou o ativo em cerca de R\$ 1,3 bilhão, mas o executivo não confirmou o valor, que ainda está "em aberto". Segundo ele, a Copel Telecom tem capacidade excedente na rede que não tem utilização. "Operadores privados vão otimizar muito a capacidade instalada. Esse tipo de estudo que vamos fazer para saber qual valor o ativo pode atingir", disse.

Os recursos que entrarem no caixa devem ir, prioritariamente, para investimentos em geração, transmissão e serviços de energia. "Nossa prioridade é fortalecer o desenvolvimento da companhia", disse. "Se não acharmos projetos que tenham atratividade e uma taxa interna de retorno que consideremos razoável, vamos revisitar essa decisão", completou.

Não há uma destinação carimbada nem preferência se será geração ou transmissão, por exemplo. Segundo Slaviero, projetos "brownfield" (já operacionais e gerando caixa) são preferíveis, por envolverem menos riscos. "Isso mostrará certo conservadorismo e cautela da empresa de não entrar em projetos com muito risco, até levando em conta o histórico da Copel. Queremos ser mais cautelosos do que a empresa foi no passado", afirmou.

Concluída a venda da empresa de telecomunicações, a participação da Copel na Compagas, distribuidora de gás do Paraná, será o próximo ativo a ser desinvestido pela estatal. Segundo Slaviero, as mudanças no marco legal do setor de gás do país devem favorecer a operação. Antes disso, contudo, é necessário resolver um imbróglio que se arrasta referente à concessão da companhia. A Compagas celebrou no passado um contrato de concessão com o Estado do Paraná com prazo final em julho de 2024. Em dezembro de 2017, contudo, o Paraná promulgou uma lei que colocou a data de vencimento em janeiro de 2019. A companhia opera a concessão desde então em cima de uma liminar.

A Copel tem 51% de participação na Compagas. Gaspetro e Mitsui têm 24,5% cada uma.

"A Compagas é o próximo item da lista, mas antes disso temos a complexidade da discussão sobre a concessão", disse Slaviero. "Mas estamos acompanhando as mudanças estruturais no mercado de gás", disse. A companhia segue aguardando as medidas efetivas que serão propostas pelo **Ministério de Minas e Energia** e pelo Ministério da Economia sobre o assunto. "Vemos isso muito positivamente, vai ser um fator de atratividade enorme para o ativo", disse.

A outra prioridade da companhia é ter uma solução para a hidrelétrica Foz do Areia, cuja concessão vence em 2023. A Copel avalia propor a venda do controle da usina em troca da extensão da concessão, a exemplo do que foi feito com a Cesp ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/07/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Inadimplência na CCEE

A liquidação das operações do mercado à vista de energia de maio teve inadimplência de 88%, ao movimentar R\$ 1,03 bilhão dos R\$ 8,65 bilhões contabilizados, informou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Dos valores não pagos, R\$ 7,24 bilhões estão relacionados às liminares sobre o risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês). Outros R\$ 380 milhões são valores considerados "em aberto" na liquidação. A CCEE registrou ainda a entrada de R\$ 75 milhões pela CEB Distribuição, estatal de Brasília, que antecipou o pagamento de recursos devidos ao mercado de curto prazo e que tinham sido cancelados. Os agentes que possuem decisões vigentes para não serem expostos ao GSF receberam 96% dos créditos que tinham direito. Aqueles amparados por decisões que determinam incidência regular das normas receberam 8%. Por fim, os não protegidos por decisões judiciais tiveram inadimplência de apenas 4%.

Terna e Quebec

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou a aquisição pela italiana Terna do controle de dois projetos de transmissão de energia ainda não operacionais da Construtora Quebec. As linhas de transmissão, que ficam em Minas Gerais, foram arrematadas pela construtora no leilão de transmissão realizado em dezembro de 2017. Os ativos, contudo, ainda não estão em operação, e caberá à Terna garantir a execução das obras e cumprir os contratos de concessão outorgados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Um dos ativos envolve a concessão de uma linha de transmissão de 189 quilômetros. A segunda aquisição terá 165 quilômetros. Os ativos devem entrar em operação até março de 2023. Na

justificativa da aquisição, a Terna informou que tem como objetivo fortalecer os negócios no Brasil. A Quebec continuará como sócia minoritária, responsável pelas funções de engenharia, montagem e construção das obras. Com a parceria, ambas as empresas vão compartilhar os riscos da operação e permitir o financiamento do projeto.

Neoenergia no 2º tri

A Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, apurou alta de 5,4% na energia total distribuída no segundo trimestre de 2019 ante igual intervalo do ano passado, para 16.606 GWh. A Coelba (Bahia) apurou alta de 6,9%, a Celpe (Pernambuco) teve aumento de 7,7%, a Cosern (Rio Grande do Norte) expandiu 3,5%, e a Elektro teve alta de 2,1%. Em geração, a companhia registrou queda de 4,8% no período, para 3.762 gigawatts-hora (GWh). No trimestre, o maior crescimento de geração se deu na fonte hídrica, que subiu 15,2%, para 2.904 GWh. A fonte eólica, por sua vez, teve queda de 8,9%, para 418 GWh, e a térmica recuou 54,9%, para 439 GWh.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Flávia Furlan e Camila Maia | De São Paulo

Título: Oferta subsequente de ações da Light levanta R\$ 2,5 bi

Empenhada num plano de recuperação financeira, a elétrica Light captou R\$ 2,5 bilhões em uma oferta subsequente de ações finalizada na noite de ontem, segundo apurou o **Valor**. Os investidores pagaram R\$ 18,75 por ação, o que representou um desconto frente ao preço de tela, uma vez que os papéis fecharam ontem cotados a R\$ 20,05, com queda de 0,59%.

Nesse preço, a empresa conseguiu captar R\$ 1,875 bilhão numa oferta primária de 100 milhões de papéis. Além disso, a estatal mineira Cemig, até então controladora da companhia carioca, levantou R\$ 624,37 milhões com a operação, sendo R\$ 208,12 milhões com 11,1 milhões de ações no lote principal e R\$ 416,25 milhões com 22,2 milhões de ações no lote adicional.

A Cemig é a maior acionista da Light com a fatia de 49%, mas deve ficar com menos de 22,6% após a oferta, considerando o lote principal e o adicional. A BNDESPar ficará com 6,3% após a diluição e o restante (71,12%) ficará nas mãos do mercado.

A gestão atual da Light, sob comando da presidente Ana Marta Veloso, está executando um plano de recuperação para reduzir o endividamento e melhorar a rentabilidade do negócio. No primeiro trimestre deste ano, a empresa apresentou resultados melhores do que no mesmo período de 2018, com crescimento de 77% no lucro e de 11,8% na receita, mas seu endividamento ainda está muito próximo dos limites dos contratos de dívidas. Os recursos primários, que entrarão no caixa da companhia, serão utilizados nesse plano de recuperação, que também tem como objetivo o combate às perdas de energia por furto ("gatos").

A Cemig, por sua vez, utilizará os recursos da venda das ações para reduzir seu endividamento. No futuro, a companhia pretende zerar a participação na Light. O sindicato de bancos que assessorou a oferta é composto por Itaú BBA, BB Investimentos, Bradesco BBI, BTG Pactual, Citi, Santander e XP.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/07/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curtas

Consumo de gás

O consumo brasileiro de gás natural caiu 8,42% em maio, na comparação com igual mês do ano passado. Segundo levantamento da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), foram comercializados, em média, 54,451 milhões de metros cúbicos diários (m³ /dia) de gás no mês retrasado. A queda acumulada nos cinco primeiros meses do ano é de 1,77%. Principal mercado consumidor de gás do país, o segmento industrial avançou 5,91% em maio, na comparação anual, para 28,685 milhões de m³ /dia. Segundo o diretor de estratégia e mercado da Abegás, Marcelo Mendonça, a alta reflete não só a base de comparação mais baixa de maio de 2018, quando houve a greve dos caminhoneiros, mas também uma recuperação gradual da indústria e os investimentos das distribuidoras na expansão da rede. No ano, o consumo do setor acumula um crescimento de 3,32%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 12/07/2019****Seção: Brasil****Autor: Folhapress, de Salvador****Título: Barragem transborda na BA e deixa 350 famílias sem casa**

A barragem do Quati, em Pedro Alexandre (a 435 quilômetros de Salvador), transbordou por volta das 11h de ontem após fortes chuvas que atingiram a cidade, que fica na divisa entre Bahia e Sergipe.

A água inundou casas, bloqueou estradas e fez com que 350 famílias fossem retiradas de suas casas em Coronel João Sá, cidade vizinha que fica numa região abaixo da barragem. Cerca de 40% da área urbana da cidade, que tem 17 mil habitantes, ficou submersa. Até a conclusão desta edição, não havia registro de feridos e vítimas.

As famílias que estão nas áreas consideradas de risco estavam sendo retiradas de suas casas, em alguns casos com ajuda da Polícia Militar. Cinco escolas da cidade foram disponibilizadas para receber os desabrigados.

Em um vídeo publicado nas redes sociais, o prefeito de Coronel João Sá, Carlos Sobral, pediu que os moradores deixassem suas casas. "É uma situação atípica, nunca aconteceu isso com essa barragem e nós não sabemos das consequências. Eu peço encarecidamente a todas as pessoas que morem nas áreas de risco que saiam de suas casas", afirmou.

De acordo com o governo baiano, a barragem do Quati não chegou a se romper e que transbordou devido ao temporal na região. A promessa é que o governador Rui Costa (PT) visite hoje de manhã as cidades de Coronel João Sá e Pedro Alexandre. O governador de Sergipe, Belivaldo Chagas (PSD), foi informado sobre o possível impacto em cidades do Estado que fazem fronteira com a Bahia.

A barragem foi construída pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (Car) e entregue em novembro de 2000 à Associação de Moradores da Comunidade de Quati, segundo o governo.

No início deste ano, em janeiro, o rompimento de uma barragem da mineradora Vale, em Brumadinho, deixou mortos e causou destruição no município de Minas Gerais.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 12/07/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Petrobras avança venda de ativos no exterior**

A Petrobras avançou com a venda de sua participação de 34% na Companhia MEGA, na Argentina, ao anunciar ontem o início da fase não vinculante do processo. O negócio representa mais um passo da estatal na estratégia de redução de sua presença no mercado internacional. A venda de ativos no exterior é um dos principais vetores do programa de desinvestimentos da petroleira nos últimos anos. Além da venda da MEGA, a Petrobras também negocia com o governo uruguaio a devolução de suas concessões de distribuição de gás natural no país vizinho.

Depois de investir bilhões de dólares na sua internacionalização ao longo dos anos 2000, a Petrobras já se desfez de boa parte de sua carteira global. Desde 2015, em resposta a sua crise financeira, a estatal levantou US\$ 5,1 bilhões com alienações no exterior e saiu de países como Chile, Paraguai, Nigéria e Japão.

A Petrobras, contudo, ainda mantém uma base de ativos nas Américas, incluindo redes de distribuição de combustíveis no Uruguai e Colômbia e alguns ativos de exploração e produção na Bolívia, Estados Unidos, Argentina e Colômbia, além de contratos de serviços no México. Ao todo, a Petrobras produz 78 mil barris diários de óleo equivalente (BOE/dia) de petróleo e gás - cerca de 30% de tudo o que a companhia produzia em 2004, quando a empresa atingiu seu pico de produção internacional.

Na Argentina, a empresa caminha para se desfazer da MEGA, ativo de separação de gás natural, mas ainda possui uma participação de 33,6% no ativo de produção de gás não convencional do Rio Neuquén. Nos últimos anos, a empresa se desfez de ativos de exploração e produção na Bacia Austral e vendeu a Petrobras Argentina (PESA).

A produção internacional da estatal vem, sobretudo, da Bolívia - os campos de San Alberto e San Antonio fornecem gás ao mercado brasileiro - e do Golfo do México, nos EUA. No ano passado, a Petrobras fechou uma joint venture com a Murphy Oil e passou a deter 20% de participação na associação que atua nos campos de Cascade, Chinook, Saint Malo e Lucius. Ainda na Bolívia, a petroleira detém uma fatia de 11% na GTB, proprietária da parte boliviana do gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol).

Em tempos de intensificação do programa de desinvestimentos da companhia, o futuro dos ativos remanescentes da carteira internacional da empresa ainda é incerto. Procurada, a Petrobras preferiu não se manifestar sobre o assunto. Na semana passada, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que, no futuro, a empresa poderá voltar a pensar num plano de globalização de suas atividades, mas que no momento a petroleira está dedicada a fortalecer sua presença no mercado brasileiro. "Até podemos fazer no futuro [novos investimentos na África], depois de reforçarmos nossa posição no Brasil. Aí podemos pensar num plano de globalização", afirmou.

Nesse sentido, o executivo disse que a companhia está conversando com o governo uruguaio para devolver "o mais rápido possível" as concessões de distribuição de gás natural no país vizinho (a Distribuidora de Gás Montevideu e a Conecta). No Uruguai, a Petrobras opera também uma rede de cerca de 90 postos de combustíveis. Na Colômbia, a rede soma aproximadamente 120 postos e uma fábrica de lubrificantes.

Foi o que sobrou depois de a companhia se desfazer de todos os seus ativos de distribuição na Argentina, Chile e Paraguai. Os desinvestimentos feitos pela empresa nos últimos anos desmancham boa parte de um processo de internacionalização que começou ainda na década de 1970, na Colômbia, mas que se intensificou a partir dos anos 1990. Foi no governo FHC que a internacionalização entrou no radar de forma mais relevante. Nos anos 1990, houve até uma tentativa de mudar o nome da companhia para Petrobrax, sob a alegação de que o nome soava melhor aos estrangeiros e que o nome Petrobras possuía uma associação excessiva com o Brasil.

Foi na década passada, sobretudo no governo Luiz Inácio Lula da Silva, porém, que a presença global da brasileira se expandiu. Nos anos 2000, a Petrobras entrou, por exemplo, em países como Paraguai, Uruguai, Chile, Nigéria, Tanzânia, Guiné Equatorial e Japão. Alguns desses investimentos foram cercados de polêmicas. Na Bolívia, as refinarias da companhia foram nacionalizadas durante o governo Evo Morales. Já a compra de Pasadena foi parar nos holofotes da Lava-Jato.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti, Taís Hirata, Rodrigo Rocha e Camila Maia | De São Paulo

Título: Justiça dá liminar a credores da Odebrecht

A Justiça de São Paulo concedeu uma liminar que autoriza um grupo de cinco bancos credores da Odebrecht a tomar posse das ações da Braskem, que haviam sido dadas em garantia por dívidas da empreiteira. O conglomerado, que detêm 38% do capital da petroquímica, está em recuperação judicial desde o dia 17 de junho deste ano.

A decisão, proferida pelo desembargador Alexandre Lazzarini, da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, em uma ação movida pelo banco Itaú, suspendeu a proibição de que as ações sejam executadas - ou seja, permite que sejam vendidas.

A expectativa da Odebrecht é que, mesmo com a liberação judicial, nenhum dos bancos credores execute a venda, com a perspectiva de uma renegociação amigável. Embora tenham dado sinais de que não planejam vender os papéis, os bancos ficaram desconfortáveis com a proibição.

A Odebrecht vai trabalhar para reverter a interpretação negativa, já que o mérito da ação ainda não foi analisado pelo tribunal - o tema ainda será discutido por Lazzarini e mais dois desembargadores da Primeira Câmara do Tribunal Empresarial De São Paulo.

O **Valor** apurou que, na próxima semana, a Odebrecht fornecerá informações adicionais e diversos argumentos, na tentativa de que o julgamento definitivo mantenha a proteção às ações. Na recuperação judicial, o juiz impediu a execução, não apenas dos papéis da Braskem, como também os da Ocyan e da Atvos, também cedidos em alienação fiduciária a credores.

Desde 2016, as ações da Braskem foram dadas em garantia para cinco bancos credores do grupo Odebrecht - Itaú, Bradesco, BNDES, Banco do Brasil e Santander. Esses papéis cobrem dívidas de R\$ 12,7 bilhões do grupo.

O contrato, selado há três anos, já sofreu dois aditivos. Na primeira vez, permitiu que a Odebrecht ficasse com os recursos da venda da Odebrecht Ambiental, no lugar de serem usados para quitar débitos. Na segunda, a ODB obteve as únicas linhas de crédito novas desde a Operação Lava-Jato - R\$ 2,6 bilhões de Itaú e Bradesco. Em todas as vezes, novas dívidas foram atreladas a essa garantia.

Conforme o **Valor** apurou, quando concederam a linha de R\$ 2,6 bilhões, Itaú e Bradesco também negociaram em contrato a possibilidade de vender parte das ações preferenciais da petroquímica - em valor aproximado a R\$ 2 bilhões.

Por terem sido dadas como garantia de empréstimo, em tese, as ações da Braskem ficariam de fora da recuperação judicial e poderiam ser executadas para quitar as dívidas, consideradas extraconcursais. No entanto, o juiz que

recebeu o pedido da Odebrecht, João de Oliveira Rodrigues Filho, acatou os pleitos dos advogados da empreiteira e protegeu os papéis, impedindo sua execução, por entender que eram bens essenciais à sobrevivência e reestruturação do conglomerado.

Na decisão em que derrubou essa proteção, Lazzarini reconheceu que ações de holdings podem ser consideradas bens essenciais e, portanto, incluídas na recuperação. Contudo, o desembargador entendeu que o entendimento não se aplicaria ao caso da Braskem e da Odebrecht.

Ele argumenta que não faz sentido a empreiteira tentar impedir a execução da dívida após ter concordado por duas vezes - em 2016 e 2018 - em dar os papéis como garantia aos bancos financiadores. O desembargador também descarta a possibilidade de a Odebrecht ter sido mal assessorada, afirmando que, pelo contrário, "são contratos realizados com consultorias e assessorias altamente qualificadas" e que, portanto, a Odebrecht estaria ciente dos riscos assumidos.

"Não se questiona, por ora, a essencialidade da participação acionária para uma holding, mas todas as peculiaridades envolvendo o caso concreto (renegociação da dívida em 2018, quando a empresa já se encontrava em crise, ocasião em que as ações da Braskem foram dadas em alienação fiduciária, além da cessão, pelos bancos, de parte dos dividendos às recuperandas, totalizando o montante de R\$ 500 milhões) não justificam a exceção prevista", defendeu o juiz.

Procurados, a Odebrecht e a Braskem afirmaram que não comentariam a decisão. A assessoria de imprensa do Itaú informou que o banco não se manifestaria a respeito do assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/07/2019

Seção: Finanças

Autor: Weruska Goeking | De São Paulo

Título: FGTS em Vale e Petrobras dá retorno expressivo

Os brasileiros que há quase 20 anos toparam transferir seu dinheiro do tranquilo FGTS e investir nas imprevisíveis ações de Petrobras e Vale se deram bem.

Os fundos de ações da Petrobras acumulam, em média, valorização de 822% desde seu início, em agosto de 2000. O desempenho é cinco vezes maior que o do FGTS no período (131%) e também supera a alta do Ibovespa, de 507%.

Na época, o governo ofereceu um desconto de 20% em cima do preço das ações da estatal, mas o apetite pelas ações da estatal não foi tão grande. O governo

ofereceu R\$ 3,4 bilhões em ações, mas só conseguiu vender R\$ 1,6 bilhão para 310 mil trabalhadores.

Se a primeira empreitada do não foi exatamente um sucesso de público, a valorização demonstrada pelos fundos da Petrobras empolgou na oferta da Vale, em março de 2002. O governo ofereceu R\$ 1,05 bilhão em ações da mineradora, mas a demanda chegou a R\$ 3,4 bilhões.

Sem ações suficientes para a demanda, houve rateio entre os interessados e 718 mil trabalhadores embolsaram ações da Vale com um desconto de 5%. O equivalente a 1% do capital da Vale foi para a mão dos trabalhadores, que investiram, em média, R\$ 1.442 cada um.

Os fundos dedicados a ações da Vale acumulam rendimento médio de 1.564% desde março de 2002, 13 vezes acima da rentabilidade oferecida pelo FGTS no período, de 114% e mais que o dobro do resultado do Ibovespa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/07/2019

Seção: Caderno 2

Autor: MARIA FERNANDA RODRIGUES, UBIRATAN BRASIL E GUILHERME SOBOTA

Título: Brasília, a questão indígena e a mineração no palco da Flip

Convidados do festival misturaram literatura com temas que mobilizam os brasileiros hoje, em mesas mais engajadas

O projeto idealizado para Brasília, e o que a cidade testemunhou nos últimos anos. As políticas de preservação das terras indígenas. O relação do poeta Carlos Drummond de Andrade com a mineração. Esses foram os principais temas debatidos na Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) na quinta, 11. A antropóloga Aparecida Vilaça, pesquisadora do Museu Nacional do Rio e autora de Paletó e Eu (Todavia), abriu a programação do dia com um relato sobre sua relação com Paletó, indígena da etnia Wari', que, além de ser parte da sua pesquisa antropológica, a adotou como filha. A pesquisadora ainda criticou os retrocessos nas políticas de preservação das culturas indígenas. "Os indígenas viraram alvo novamente. É um retrocesso absoluto, parece que estamos voltando aos anos 1960, pois os direitos garantidos pela Constituição de 1988 estão sendo ameaçados.

Embora haja uma certa confusão de decretos, que vão e voltam, e felizmente o Congresso tenha sido atuante em não deixar passar algumas medidas, só a manifestação dos membros do governo, o desprezo pela cultura indígena e o interesse manifesto em deixar agricultura e mineração de grande porte tomar

essas áreas, já autoriza as pessoas a invadirem as terras”, comentou – e falou também sobre o esforço dos profissionais do Museu Nacional para a reconstrução da biblioteca de antropologia da instituição, que era a maior da América Latina até o incêndio, em setembro de 2018. A mineração, uma questão que passou a chamar a atenção do brasileiro mais recentemente, com o rompimento das barragens da Vale do Rio Doce em Mariana e depois em Brumadinho, sempre incomodou Carlos Drummond de Andrade e essa relação foi tratada pelo professor de literatura, crítico literário e compositor José Miguel Wisnik em seu livro *A Maquinação do Tempo* e no palco da Flip.

Wisnik visitou Itabira, cidade natal de Drummond (onde ele passou a infância e a adolescência) em 2014. “Drummond cresceu de frente para o crime. Ele foi testemunha profunda do acontecimento central da mineração do Brasil”, diz Wisnik. Da janela de sua casa, ele via Pico do Cauê, que desapareceu após anos de exploração pela mineradora. Uma ironia. A Vale chegou a usar um verso de Drummond, um dos mais conhecidos, e muito criticado na época do lançamento, em um anúncio que o escritor, como um bom funcionário público, guardou num fichário ao lado de tudo o que foi falado sobre *No Meio do Caminho*. No anúncio projetado no telão da Flip, lia-se: “Há uma pedra no caminho do desenvolvimento brasileiro”. Era um elogio da quantidade de toneladas exploradas e importadas.

Ao final do livro, assunto também do final da mesa, Wisnik evocou o vídeo do garoto Vitor, feito durante manifestações em Salvador em 2016, em que ele declamava *E Agora, José?*. “Um garoto em condição de vulnerabilidade dizendo esse poema de maneira tão densa e que faz essa pergunta que é fundamental... *E agora, José?* é a pergunta que o Brasil vive”, disse Wisnik, que comentou ainda sobre os ataques que a cultura e a educação vêm sofrendo e leu um poema recente de Arnaldo Antunes e Cezar Mendes dedicado a João Gilberto. Foi aplaudido de pé. Um pouco antes, quem subiu ao palco foi o filho do crítico, o arquiteto Guilherme Wisnik, para uma conversa intercalada com música e que contou com a participação da cantora Adriana Calcanhotto e do também arquiteto Nuno Grande.

O debate sobre o aspecto moderno e democrático da arquitetura brasileira provocou reações políticas e dividiu a plateia. O motivo foi a apresentação de uma foto do então deputado federal Jair Bolsonaro no momento em que votava a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff. Houve vaias e aplausos. Em seguida, surgiu no telão a imagem mostrando o muro temporário que foi levantado em Brasília no dia da votação do impeachment. “Burle Marx jamais pensaria em ver uma imagem como essa”, disse Wisnik.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 12/07/2019****Seção: Economia****Autor: Renée Pereira****Título: Credor da Odebrecht pode tomar ação da Braskem**

Novo revés para o grupo, que está em recuperação judicial, veio após decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo

A Odebrecht sofreu ontem o primeiro revés desde que entrou com pedido de recuperação judicial, no mês passado. Uma liminar concedida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu a proibição dos credores de executarem as garantias dadas pelo grupo, sendo a maioria em ações da petroquímica Braskem. Ou seja, os credores poderão agora vender as ações da empresa, controlada pela Odebrecht. A liminar atende a um pedido feito pelo Itaú Unibanco no início do mês, no qual alega que o “grupo Odebrecht sempre concordou com a garantia e sua natureza extraconcursal”.

Portanto, não caberia agora defender sua “essencialidade e necessidade de manutenção para continuidade das atividades e sobrevivência das empresas”. Segundo o desembargador da 1.ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Alexandre Alves Lazzarini, relações contratuais dessa magnitude não são realizadas por empresários inexperientes. “Pelo contrário, a situação envolve negociações empresariais e bancárias de grande porte, fora dos parâmetros da ‘pessoa comum’, como se diz nas relações entre pessoas naturais”, escreveu. “São contratos realizados com consultorias e assessorias altamente qualificadas”.

Além disso, ele observa o risco para o credor – no caso o Itaú – ter sua garantia partilhada com os demais credores da Odebrecht, “que não participaram das negociações e não apoiaram a continuidade das empresas, como feito pelo banco ao longo dos três últimos anos”. O pedido de recuperação judicial feito pela Odebrecht em junho foi o maior da história, com uma dívida de R\$ 98,5 bilhões – incluindo os empréstimos entre suas companhias.

Desde que virou um dos pivôs do maior escândalo de corrupção do Brasil, a Operação Lava Jato, os contratos minguaram e a dívida ficou grande demais para o novo tamanho do grupo baiano, que não teve alternativa a não ser recorrer à Justiça para se proteger do ataque de alguns credores. Na ocasião, o juiz que acatou o pedido de recuperação do grupo impediu a execução das garantias em ações da Braskem, da Ocyan (braço de óleo e gás da empresa) e da Atvos, unidade de açúcar e álcool. O Itaú, então, recorreu e conseguiu a liminar de ontem, em segunda instância. O mérito da decisão ainda será analisada pelo

Tribunal. A Odebrecht deverá recorrer. Procurados, Itaú e Odebrecht não quiseram comentar o assunto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/07/2019

Seção: Metrópole

Autor: BRUNO RIBEIRO, GIOVANA GIRARDI, TULIO KRUSE e HELIANA FRAZÃO, ESPECIAL PARA O ESTADO SALVADOR E SÃO PAULO

Título: Na BA, barragem transborda e atinge ao menos 157 casas

Moradores foram avisados pelas redes sociais para deixar imóveis e estrada federal ficou bloqueada; não há registro de mortos ou feridos

Após fortes chuvas, uma barragem de água transbordou no distrito de Quati, em Pedro Alexandre (BA), na manhã de ontem. A correnteza alagou pelo menos 157 imóveis na região, obrigou cerca de 500 pessoas a saírem de casa e também interditou uma rodovia federal. Não há registro de mortos ou feridos.

A barragem fica a 440 km de Salvador, perto da divisa da Bahia com Sergipe. Ontem mais cedo, a Defesa Civil local havia informado o rompimento da barragem, mas a Superintendência de Defesa Civil da Bahia (Sudec) disse que o excesso de precipitação provocou, na realidade, um "galgamento", quando a água transborda da parede do açude. "Não há rompimento", afirmou o superintendente adjunto Vitor Gantois, da Superintendência de Defesa Civil da Bahia (Sudec). "Há rachaduras nas laterais, que ainda não conseguimos vistoriar."

Segundo a coordenadora da Defesa Civil de Pedro Alexandre, Carla Leão, a chuva atingiu cerca de 100 milímetros em 24 horas na região. "Desde as 7h20 nós já estávamos avisando a população da região. Fomos avisando via internet e ligando para que os moradores deixassem as residências." Segundo os relatos, a água não chegou de uma vez, o que permitiu que os moradores deixassem as casas a tempo. Em alguns casos, foi possível até recolher alguns objetos de valor, como computadores (leia mais nesta página), mas nem todos tiveram essa chance. "Muita gente perdeu os móveis", contou a lavradora Sirleide da Silva.

Conforme a Defesa Civil, sete casas nos povoados de Quati e Boa Sorte ficaram inundadas pela quantidade de água e lama. A área mais atingida, porém, foi uma parte da cidade vizinha, Coronel João Sá, onde pelo menos 150 imóveis foram atingidos. A cidade decretou situação de emergência e deslocou cerca de 500 moradores para cinco escolas municipais. Segundo a Prefeitura de Coronel

João Sá, uma idosa que mora em uma das ruas alagadas quase se afogou, mas os bombeiros conseguiram resgatá-la a tempo.

"A prioridade, no momento, é fornecer assistência às pessoas: colchão, cobertores, mantimentos, água e roupas", disse Carlinhos Sobral (MDB), prefeito da cidade de 17,5 mil habitantes. Pela manhã, nas redes sociais, Sobral avisou à população sobre o risco de inundação e a necessidade de sair das casas.

A água ainda bloqueou a rodovia BR-235, na altura do km 25, trecho que liga Jeremoabo (BA) e Carira (SE). Segundo a Polícia Rodoviária Federal na Bahia, a estrada estava intransitável nos dois sentidos até a tarde de ontem. Ainda segundo a Sudec, a grande quantidade de água e lama nos acessos atrapalhava ontem o envio de ajuda e mantimentos.

Responsabilidade. Segundo o governo da Bahia, a barragem foi construída pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, vinculada ao Estado, e entregue em novembro de 2000 à Associação de Moradores da Comunidade de Quati. É uma estrutura pequena, com menos de 200 hectares, e não chega a ser classificada dentro da Lei Nacional de Barragens.

O governo estadual disse, ainda, que a responsabilidade sobre a barragem é do município, uma vez que foi entregue à comunidade. O Estado não conseguiu contato com a prefeitura de Pedro Alexandre ontem.

A Agência Nacional de Águas (ANA) afirmou que a barragem não consta do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (Snisb) e que, portanto, não tem informação sobre risco ou dano potencial da sua estrutura. Por se tratar de uma barragem em rio estadual, segundo o órgão, a fiscalização desse açude não compete à ANA, e sim à autoridade competente na Bahia. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/07/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: 'Aqui nunca havia alagado antes'

Pelas redes sociais, moradores foram avisados do transbordamento da barragem. "Estava almoçando quando vi um vídeo do prefeito pedindo para a cidade ser evacuada", conta o professor Seltom Abreu, de 34 anos, dono de uma escola em Coronel João Sá. "Como a barragem fica distante, a água não chegou de uma vez. Foi alagando."

Dessa forma, deu tempo para que ele e vizinhos retirassem móveis e computadores. "A primeira coisa que peguei foram documentos, o que não daria para recuperar", afirmou. "Está chovendo há uma semana. No lugar onde fica a escola, nunca havia alagado antes", disse ele, no início da noite, por telefone, enquanto estava no ginásio para onde foram os desabrigados. / B.R.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/07/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes

Título: Liberação de verbas pode demorar um ano ou mais

Falta de recursos no Orçamento deve dificultar promessas feitas pelo governo

O Palácio do Planalto garantiu, nas negociações da reforma da Previdência na Câmara, um crédito suplementar para irrigar recursos para obras de interesse dos deputados. A falta de dinheiro no Orçamento, no entanto, vai dificultar o cumprimento da promessa dos articuladores políticos do presidente Jair Bolsonaro. Um técnico experiente da Secretaria de Orçamento informou, sob condição de anonimato, que não há reserva suficiente para cobrir a promessa. O prazo estimado para o atendimento das demandas dos parlamentares é calculado entre um ano e um ano e meio. O Estado apurou que o governo prometeu liberar R\$ 40 milhões em emendas e recursos extraorçamentários, ainda neste ano, para os líderes das bancadas que votassem a favor das mudanças na aposentadoria. Também foram prometidos R\$ 20 milhões a cada parlamentar que se posicionasse favoravelmente à reforma. O pacote incluiu até os novatos, que não teriam direito a emendas orçamentárias.

No entanto, fontes do Ministério da Economia revelaram ao Estado que o Orçamento está sob "forte estresse" devido ao bloqueio de R\$ 30 bilhões que já está em vigor e ao próximo contingenciamento, que deve ser anunciado no fim do mês. Os ministérios terão até de preparar "planos de contingência" para enfrentarem o risco de recursos básicos para o seu funcionamento acabarem antes do final do ano. Algumas ações dos ministérios poderão ser desativadas para evitar um "apagão" de serviços em áreas de serviços essenciais. Numa clara sinalização do quadro de extrema dificuldade, a equipe econômica anuncia hoje uma queda da previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019, que aponta um agravamento da crise das contas públicas.

A estimativa deve cair de 1,6% para um patamar próximo de 0,8%, o mesmo projetado pelo Banco Central e o mercado financeiro. Não é muito comum a equipe econômica anunciar os parâmetros de indicadores usados no relatório bimestral de receitas e despesas antes do prazo. O prazo para o envio ao

Congresso do próximo relatório é somente no dia 22 de julho. Mas esse será uma praxe daqui para frente da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes. O crescimento menor vai derrubar as receitas previstas até o final do ano e deve exigir um novo contingenciamento de despesas até o final do ano. O ingresso de R\$ 2,5 bilhões de devolução de dinheiro da corrupção retomada pela Lava Jato vai dar um alívio. Também será cancelada boa parte da despesa prevista de R\$ 2,7 bilhões para o pagamento do subsídio do diesel, que não foi feito.

Mas o governo não poderá cancelar todo o valor porque ainda há demandas na justiça de distribuidoras cobrando o pagamento. Para fazer valer um projeto de um crédito suplementar, o governo terá de cortar despesas dos ministérios, de tal forma que o efeito fiscal seja nulo. Ou seja, sem aumento efetivo do volume global de gastos. O problema, aponta um integrante da equipe econômica, é que o grau de liberdade para esse tipo de procedimento é muito baixo, principalmente porque mais da metade da reserva de contingência do Orçamento foi gasta em maio passado para evitar um bloqueio maior de despesas. Além disso, cortar despesas de outros ministérios para acomodar a demandas dos deputados fará muitos deles “morrerem” por falta de recursos antes de setembro.

A decisão sobre o cancelamento de despesas para acomodar o crédito suplementar aos parlamentares caberá aos ministérios setoriais, e não ao ministério da Economia. Depois de aprovado o projeto, a mesma portaria autorizando o crédito tem de mostrar o cancelamento de outras despesas para o atendimento da Lei Orçamentária. Saúde. Na semana em que trabalhava para garantir a aprovação da reforma da Previdência, o governo federal liberou R\$ 1,6 bilhão em emendas parlamentares na área de saúde. Na quarta-feira, dia da votação da reforma da proposta na Câmara, foram liberados R\$ 480 milhões. Emendas parlamentares são recursos previstos no Orçamento da União cujas aplicações são indicadas por deputados e senadores. O dinheiro tem de ser empregado em projetos e obras nos Estados e municípios.

Com a aprovação do Orçamento impositivo, o governo passou a ser obrigado a liberar todo ano a verba prevista para as emendas. No entanto, o Palácio do Planalto pode decidir como fará a distribuição ao longo dos meses. Na terça-feira, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, reconheceu ao site Jota que a liberação de emendas era um esforço pró-reforma. As portarias autorizam o repasse, a municípios, de recursos que foram incluídos no Orçamento da União por meio de emendas parlamentares. / COLABOROU LUCI RIBEIRO

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 12/07/2019****Seção: Mercado****Autor:****Título: Liminar permite que credor da Odebrecht tome ação da Braskem**

Decisão libera execução de papéis da petroquímica, o que não estava previsto no plano de recuperação judicial

Um juiz do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo concedeu uma decisão liminar (temporária) que permite que credores da Odebrecht tomem posse das ações da petroquímica Braskem oferecidas como garantia para empréstimos que fizeram ao conglomerado.

No pedido de recuperação judicial, apresentado em junho, a Odebrecht pediu que as ações da petroquímica não pudessem ser executadas, o que foi acatado pela Justiça.

A liminar, concedida em ação movida pelo Itaú Unibanco, anula esse benefício. O Banco do Brasil também encaminhou um pedido semelhante ao feito pelo Itaú.

“As ações oferecidas em garantia não pertencem às recuperadas [grupo Odebrecht], por se tratar de alienação fiduciária, tanto que o banco agravante [Itaú Unibanco] era quem recebia os dividendos pagos aos acionistas”, afirmou o juiz Alexandre Lazzarini, da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do tribunal.

A Odebrecht entrou com pedido de recuperação judicial com o objetivo de reestruturar R\$ 51 bilhões em débitos. A dívida total da companhia soma R\$ 98,5 bilhões, mas parte desse valor não pode ser renegociada.

É o caso dos empréstimos bancários que têm garantias, como as ações da Braskem. Nesse caso, o credor pode executar a garantia e ficar com as ações para quitar a dívida, sem precisar ficar na fila de credores.

São R\$ 14,5 bilhões em dívidas que têm garantias extras, chamadas de extraconcursais.

Com R\$ 22,8 bilhões a receber, os bancos públicos estão entre os principais credores da Odebrecht. O BNDES encabeça a lista, com R\$ 10 bilhões — R\$ 7 bilhões concursais e R\$ 3 bilhões extraconcursais (com garantia de ações da Braskem).

Em seguida vem o Banco do Brasil, com R\$ 7,8 bilhões — R\$ 4,8 bilhões concursais e R\$ 3 bilhões extraconcursais. Depois, Caixa e FI-FGTS, com R\$ 5 bilhões de dívida —sem garantia em ações da Braskem.

Os bancos privados, que emprestaram dinheiro para o grupo mais recentemente, foram mais eficientes e conseguiram colocar todas as suas dívidas como extraconcursais: R\$ 4,4 bilhões do Bradesco, R\$ 3,5 bilhões do Itaú e R\$ 500 milhões do Santander.

Isso os deixa em uma situação mais confortável, embora as ações da Braskem tenham se desvalorizado significativamente depois que a holandesa Lyondell Basell desistiu de fatia da Odebrecht na companhia. É provável que os papéis já não cubram mais todas as dívidas que garantem.

A Odebrecht tem 38,3% de participação na Braskem e 50,1% das ações com direito a voto. O grupo afirmou no pedido de recuperação judicial que a manutenção do controle sobre a Braskem é essencial para sua reestruturação, uma vez que a petroquímica foi sua principal fonte de receita em 2018.

Não ficou claro se os bancos poderão vender as ações da Braskem de imediato.

Representantes da Odebrecht e do Itaú Unibanco não comentaram o assunto.

Fundado em 1944, o grupo baiano —que chegou a faturar R\$ 132 bilhões e empregar 193 mil pessoas— enfrenta dificuldades desde a Lava Jato.

As investigações da operação revelaram esquema de corrupção em que executivos de empresa pagavam propinas a políticos e funcionários públicos. A crise atingiu o grupo num momento de alto endividamento. Entre 2008 e 2015, a dívida total das empresas da Odebrecht subiu de R\$ 18 bilhões para R\$ 110 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/07/2019

Seção: Cotidiano

Autor: João Pedro Pitombo

Título: Barragem transborda na Bahia e deixa 350 famílias desalojadas

A barragem do Quati, em Pedro Alexandre (a 435 km de Salvador), transbordou por volta de 11h desta quinta (11) após fortes chuvas que atingiram a cidade, que fica na divisa entre Bahia e Sergipe.

A água inundou casas, bloqueou estradas e fez com que 350 famílias fossem retiradas de suas casas em Coronel João Sá, cidade vizinha que fica abaixo da barragem.

Cerca de 40% da área urbana da cidade, que tem 17 mil habitantes, está submersa. Não há registro de feridos e vítimas. “Muito difícil a situação, estamos no meio de um caos. No centro da cidade, a água está batendo nossa barriga”, afirma Diego Santos, chefe da Defesa Civil de Coronel João Sá.

Em um vídeo publicado nas redes sociais, o prefeito de Coronel João Sá, Carlos Sobral, pediu que os moradores deixassem suas casas. “É uma situação atípica e nós não sabemos das consequências. Eu peço encarecidamente a todas as pessoas que morem nas áreas de risco que saiam de suas casas”, afirmou.

Em Pedro Alexandre, foram atingidas apenas três casas nas proximidades da barragem. As famílias já foram retiradas do local. Os dois acessos viários para a barragem foram tomados pela água.

A barragem foi construída pelo Governo da Bahia em 2000 e era mantida pela Associação de Moradores da Comunidade de Quati. Sua fiscalização era de responsabilidade do Inema, órgão ambiental do estado.

Em nota, o Governo da Bahia informou que a barragem transbordou, mas não chegou a romper. Horas antes, contudo, o próprio governo, por meio do seu diretor de Defesa Civil, informou que uma parte da barragem havia rompido.

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), manifestou solidariedade aos moradores e informou que irá visitar Coronel João Sá e Pedro Alexandre nesta sexta-feira (12).

Agentes dos bombeiros, da Defesa Civil e do Inema foram mandados ao local. Também que serão enviados mantimentos e água para os desabrigados, que estão em cinco escolas de Coronel João Sá.

Em nota, o ministério do Desenvolvimento Regional informou que acompanha a situação e vai designar técnicos para monitorar os trabalhos e auxiliar equipes locais.

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que a Defesa Civil já está tomando providências e que o Planalto está à disposição dos municípios atingidos caso precisem de ajuda federal. “O governo está á disposição das prefeituras locais para qualquer providência que por ventura julguem necessária. Não tive informação de pedido de ajuda ainda”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 12/07/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Joana Cunha**Título:** Oscilação**Painel S.A.**

O preço da gasolina em 2019 subiu tanto nas bombas quanto nas refinarias, mas em ritmos diferentes. Enquanto a **Petrobras** acumula alta de 15,4% até 6 de julho, nos postos o aumento foi de 1,6%, diz a Plural (Associação Nacional das Distribuidoras de Combustível).

Patamar

Os valores, porém, são bem diferentes: o litro de gasolina nas refinarias chegou a R\$ 1,76 na última semana, enquanto motoristas pagavam, em média, R\$ 4,40.

VEÍCULO: O Globo**Data:** 12/07/2019**Seção:** O País**Autor:****Título:** Rompimento de barragem inunda distrito baiano

Estrutura mantinha água represada e não há registro de feridos; prefeito recomendou que moradores deixassem suas casas. Governo do estado diz que houve apenas o transbordamento, versão contestada por autoridades locais

Uma barragem de água se rompeu na manhã de ontem, no distrito de Quati, em Pedro Alexandre, no nordeste da Bahia. A região fica na divisa com o Sergipe e a cerca de 350 quilômetros de Salvador. De acordo com a Defesa Civil, cerca de cem famílias que viviam no local conseguiram deixar suas casas e não há registro de feridos. A preocupação é maior com o município vizinho, Coronel João Sá. O órgão recomendou que moradores da cidade, sob risco de enchente, deixem a região.

Apesar dos relatos dos moradores e autoridades locais, o governo da Bahia emitiu nota afirmando que a Barragem de Quati apenas transbordou.

A chuva na área do Rio do Peixe pode ter contribuído para o rompimento da estrutura. O prefeito de Coronel João Sá, Carlinhos Sobral (MDB), publicou um vídeo alertando sobre o risco de moradores continuarem nas casas. Algumas famílias se recusaram a sair de suas residências.

"A barragem do Quati estourou. É uma situação atípica. Nunca aconteceu isso com essa barragem. Nós não sabemos as consequências. Eu peço encarecidamente que todas as pessoas que moram nas áreas de risco que saiam das suas casas", afirmou o prefeito.

A Agência Nacional de Águas (ANA) informou ter tomado conhecimento do rompimento e que, por se tratar de uma barragem em rio estadual, não faz fiscalização, tarefa do governo da Bahia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 12/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Nem a pau, Nicolau

Décio Oddone, diretor geral da ANP, mandou ontem um aviso à Bolívia de que não há a menor hipótese de o país vizinho comprar, como manifestou, a parte da Petrobras no gasoduto entre os dois países. A nova política de gás, para evitar conflitos de interesses, não permitirá que o produtor também seja o transportador.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 12/07/2019

Seção: Brasil

Autor: Renato Souza

Título: Barragem rompe na BA após dias de chuva forte

O rompimento de uma barragem na Bahia faz o país reviver o drama de tragédias causadas pelo colapso desse tipo de estrutura. Por volta das 11h de ontem, o dique da Barragem de Quati, povoado localizado na região de Pedro Alexandre, a cerca de 435km de Salvador, não resistiu a cinco dias de chuva intensa na região e desmoronou. Em poucas horas, milhões de litros de água atingiram casas e alagaram ruas nas comunidades locais.

A cidade de Coronel João Sá, vizinha ao município onde fica a barragem, está com 40% da área urbana submersa. Pelo menos 350 famílias tiveram que deixar as casas. O material que vazou se juntou à chuva, o que agravou o impacto no sistema de transporte, abastecimento de água e gera preocupações nos moradores, que desconhecem os danos que podem ter sido causados ao meio ambiente. Equipes da Defesa Civil trabalham para resgatar pessoas que ficaram ilhadas.

Cinco escolas da cidade foram disponibilizadas para receber pessoas que afetadas pelo rompimento. Ainda não existe um número exato de quantas pessoas ficaram sem suas casas. Mas não foram identificados feridos ou mortos. Algumas residências ficam mais afastadas dos centros urbanos, o que dificulta o contato e o levantamento de danos por parte dos governos municipais.

O prefeito de Pedro Alexandre, Carlinhos Sobral, afirmou que a barragem foi construída pelo governo do estado em 2004 e pertence à Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). Ele solicitou que moradores que vivem nas regiões próximas ao rio saiam dessas áreas até que a situação esteja estabilizada. “É uma situação atípica, nunca aconteceu isso com essa barragem, e nós não sabemos as consequências. Eu peço encarecidamente a todas as pessoas que morem nas áreas de risco que saiam de casa”, afirmou.

Alexandre declarou estado de emergência. O documento, publicado no Diário Oficial local, determina a suspensão das aulas da rede pública, em razão dos danos gerados em estradas que cortam a cidade, o que impossibilita o deslocamento de alunos. A prefeitura também determinou a mobilização de órgãos municipais, que devem atuar sob a direção da Coordenadoria Municipal de Proteção e da Defesa Civil nas ações de resposta ao desastre. Ao comentar o caso, o presidente da República, Jair Bolsonaro, declarou que acionou os órgãos responsáveis para cuidar do assunto. “Não temos como conter a onda, né? Nossos órgãos de defesa civil estão informados, estão tomando providência”, disse.

O gestor ambiental Bruno Souza, especialista em geografia e análise ambiental pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), afirma que apesar da capacidade de causar dano material e humano, este tipo de barragem não deve gerar grandes danos ao meio ambiente. “Água salobra é uma água com teor de minerais mais altos. Mas ela não é composta por propriedades químicas como as barragens de minério, como a de Brumadinho, que tinha metais pesados. Mas a força da água pode gerar danos superficiais, como carreamento do solo e mudança na dinâmica do escoamento superficial da região”, disse.

De acordo com Bruno, avaliações posteriores devem ser realizadas para confirmar a composição do líquido que vazou. “Será necessário fazer uma análise de amostras a fim de fazer a medição do PH, que é uma medida para verificar a acidez da água”, completou.

MME / ASCOM .